

Lago Sul tem 3 quilômetros

ANA BEATRIZ MAGNO

As ocupações irregulares de áreas públicas no Lago Sul se tornaram corriqueiras nos últimos anos e, segundo o Departamento de Arquitetura do GDF, atingem mais de três milhões de metros quadrados. Diante do argumento de que estão urbanizando locais abandonados, os moradores violam a legislação vigente, que regulamenta a extensão dos lotes entre 800 e 1.900 metros quadrados, e ocupam os terrenos próximos de suas casas. Nas residências situadas nas "pontas de picolé", regiões finais das QLS, as invasões chegam a ter doze mil metros quadrados e se estendem até a orla do Lago.

Entre os invasores estão personalidades conhecidas na cidade, como o embaixador Marcos Coimbra, ex-secretário particular do presidente afastado Fernando Collor, o deputado José Lourenço (PDS-BA) e o empresário Joaquim Mesquita. O embaixador, residente na Península dos Ministros, invadiu, segundo o presidente da Associação dos Amigos da Ciclovía, advogado Paulo Castelo Branco, mais de 5 mil metros quadrados, totalmente cercados por um extenso muro verde, que impede a visão da casa. Marcos Coimbra não foi encontrado, mas seus seguranças afirmam que os moradores nunca reclamaram da extensão do terreno. O presidente da associação nega a versão dos seguranças e garante já ter solicitado a retirada do muro nas proximidades da Ciclovía. "Ali o acesso está muito estreito", explica Paulo.

No caso do deputado José Lourenço, a invasão atingiu dois mil

metros quadrados, e ele garante que só expandiu seu lote para contribuir com a urbanização da cidade. "O governo deixava esta área abandonada, não cuidava do matagal e as cobras já chegaram a morder a população", afirma o deputado. Ele garante que funcionários do GDF autorizaram e até mesmo apoiaram a realização da obra. "Me disseram para ir em frente, e eu fui", conta. O administrador de Brasília, Haroldo Meira, responsável pela fiscalização das áreas públicas discorda do deputado. "Tenho certeza que ninguém do governo autorizou isso", garante.

O empresário Joaquim Mesquita, morador de um lote "ponta de picolé" na QL 18, disse que só invadiu os doze mil metros quadrados abaixo de sua casa porque a área estava sendo ocupada por três barracos, que ameaçavam a segurança de sua residência. "Ali era um ponto de prostituição e de repasse de drogas, e eu tive que destruir todo o matagal onde estavam os barracos para proteger minha família", afirma o empresário. Ele reconhece que não precisaria de um lote tão extenso, mas que não vê problema algum na sua ação, "já que ela é usual entre os moradores do Lago". Ele acha que está prestando um serviço ao GDF e que o governo deveria lhe pagar por isso. "Não estou descumprindo nenhuma lei porque uma lei só existe quando é respeitada por todos", enfatiza Joaquim Mesquita. Ele está sendo processado pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente por inviabilizar o acesso ao Lago.

José Lourenço constrói jardim

"Estou gastando uma micharia de Cr\$ 12 milhões para construir este jardim", afirmou o deputado José Lourenço. Esta semana ele terminou de cercar dois mil metros quadrados de área pública para construir um "espaço de lazer particular" ao lado de sua casa na QI 13 do Lago Sul. Um campo de futebol, bromélias, palmeiras, pequenos arbustos e pedras de cavernas vindas especialmente de Cristalina, cidade próxima do DF, compõem a paisagem do terreno ocupado pelo deputado. O projeto é de um paisagista, conhecido por Kiuí, que, apesar de morar em Luziânia, vem todos os dias a Brasília para acompanhar o andamento das obras.

O deputado explicou que está fazendo um gramado de qualidade bastante questionável. "A grama é das mais comuns". Ele garantiu que vai deixar uma brecha na cerca para as pessoas poderem usar seu jardim. "Quem achar bonito pode entrar". Ele não se considera um violador da área pública porque o terreno era usado como local de entulho e "agora está tudo limpinho". Ele lembrou ainda que não está fazendo nenhuma edificação no jardim, e garantiu sair do lote assim que o governo mandar. "Se eles reclamarem eu tiro tudo e o GDF que passe a cuidar", enfatiza o deputado. (A.B.M.)

Para Meira, lei não é cumprida

A legislação atual garante ao GDF o direito de retirar, a qualquer momento, todo tipo de ocupação irregular nas áreas públicas da cidade. O administrador de Brasília, Haroldo Meira, reconhece que a lei não vem sendo cumprida no Lago Sul e justifica a massificação das invasões pela dificuldade de o governo fiscalizar e manter todo o patrimônio público. "A população é a grande prejudicada nessa história, pois através de impostos paga pelo acesso e manutenção dessas áreas, hoje obstruídas por interesses particulares", reconhece Meira. Ele considera impossível que a médio prazo o problema seja resolvido sem uma revisão das normas legais de ocupação privada das áreas públicas.

A nova regulamentação está sendo discutida há mais de um ano pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente do GDF (Cauma). O Conselho vai elaborar um projeto definindo se o governo deve vender, cobrar aluguel ou deixar todas as áreas públicas como es-

ção. Só depois disso, é que a Câmara Legislativa poderá votar e regulamentar as normas de ocupação do patrimônio público. Segundo Meira, a morosidade nesse processo decorre de polêmicas internas entre os conselheiros do Cauma.

A especulação imobiliária através do uso de áreas públicas é considerada por Meira, um dos problemas mais graves das invasões do Lago. "O sujeito compra um lote por um preço, invade a área pública com o argumento de que vai promover benfeitorias para a cidade, e depois vende tudo, casa e extensão invadida, por um preço muito mais alto", explica. Segundo ele este comportamento reflete um "desrespeito a coisa pública" e está se proliferando em vários locais de Brasília. "Talvez no Lago, isso seja mais sério pelo perfil de quem ocupa", finaliza Meira, sempre lembrando que o governo não está se eximindo de responsabilidades, mas simplesmente reconhecendo seus limites. (A.B.M.)

quadrados de invasão